



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

CONVÊNIO Nº 1 / 2022**CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E PARCERIA PARA A CRIAÇÃO DE SEÇÕES ELEITORAIS ESPECIAIS EM ESTABELECIMENTOS PENAIS E UNIDADES DE INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES.**

A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO**, situado na Av. João Batista Parra, 575, Praia do Suá, Vitória/ES, CEP 29052-120, com o CNPJ/MF nº. 03.910.634/0001-70, neste ato representado por seu Presidente, o Exmo. Sr. Desembargador **JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA**, a seguir designado simplesmente **CONVENIENTE** e, de outro lado, a **SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO**, neste ato representada por seu Secretário, o Exmo. Sr. Dr. **MARCELLO PAIVA DE MELLO**, o **INSTITUTO DE ATENDIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO - IASES**, neste ato representado por seu Diretor Presidente, o Ilmo. Sr. Dr. **FÁBIO MODESTO DE AMORIM FILHO**, a **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL DO ESPÍRITO SANTO**, neste ato representada pelo seu Presidente, o Exmo. Sr. Dr. **JOSÉ CARLOS RIZK FILHO**, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, neste ato representado pelo Procurador-Chefe da República, o Exmo. Sr. Dr. **EDMAR GOMES MACHADO**, a **PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL**, neste ato representada pelo Procurador Regional Eleitoral, o Exmo. Sr. Dr. **JULIO CESAR DE CASTILHOS OLIVEIRA COSTA**, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO ESPÍRITO SANTO**, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça, a Exma. Sra. Dra. **LUCIANA GOMES FERREIRA DE ANDRADE**, a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, neste ato representada pelo Defensor Público-Geral, o Exmo. Sr. Dr. **GILMAR ALVES BATISTA**, a seguir denominados simplesmente **CONVENIADOS**, resolvem firmar o presente instrumento, em conformidade com a Resolução TSE nº 23.669, de 14 de dezembro de 2021, sob a forma e condições constantes das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente instrumento tem como objeto estabelecer as condições indispensáveis de segurança e cidadania para a criação de seções eleitorais nos estabelecimentos penais indicados no ANEXO I e nas unidades de internação de adolescentes indicadas no ANEXO II, a fim de que os eleitores presos provisoriamente e os adolescentes internados por ato infracional nas referidas unidades tenham assegurado o direito de voto.

Parágrafo Único

A instalação das seções eleitorais nas unidades indicadas nos ANEXOS I e II está condicionada à inscrição de, pelo menos, 20 eleitores aptos a votar em cada uma das unidades em questão.

CLÁUSULA SEGUNDA – ENCARGOS DO CONVENIENTE

- a) nomear, até o dia 26 de agosto de 2022, os membros que comporão as mesas receptoras de votos e de justificativas a partir da listagem de servidores e colaboradores enviada pelos conveniados;
- b) promover a capacitação dos mesários;
- c) fornecer a urna eletrônica e o material necessário para a instalação da seção eleitoral;
- d) comunicar às autoridades competentes as condições necessárias para garantir o regular exercício da votação;
- e) viabilizar a justificação de ausência à votação nos estabelecimentos prisionais indicados no ANEXO I e nas unidades de internação indicadas no ANEXO II, observados os requisitos legais;
- f) produzir material gráfico destinado à orientação dos presos provisórios e dos adolescentes internados, quanto aos procedimentos necessários à obtenção de documentos de identificação, bem como quanto à opção de voto nas seções instaladas nos estabelecimentos constantes da Cláusula Primeira do presente Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA – ENCARGOS DOS CONVENIADOS NO ÂMBITO DE SUAS RESPECTIVAS COMPETÊNCIAS

- a) garantir as condições indispensáveis à criação das seções eleitorais, responsabilizando-se pela disponibilização dos locais de instalação, bem como pelas providências relativas à segurança dos locais;
- b) informar ao Conveniente sobre os estabelecimentos penais e de internação aptos à instalação das seções eleitorais, devendo constar: nome do estabelecimento, endereço, telefone, nome e contatos do administrador, a quantidade de presas e presos provisórios(as) ou de adolescentes custodiados(as), as condições de segurança do local e lotação do estabelecimento;
- c) enviar ao Tribunal Regional Eleitoral, até o dia 06 de abril de 2022, a relação dos presos provisórios e dos adolescentes internados, a fim de ser consultada a situação deles no cadastro de eleitores e identificada a necessidade ou não de regularização eleitoral;
- d) promover mutirões para obtenção de documentos de identificação dos presos provisórios e adolescentes internados que manifestarem interesse em realizar o alistamento, a revisão ou a transferência eleitoral;
- e) efetivar os lançamentos, até o dia 27 de abril de 2022, por meio do uso da ferramenta TítuloNet (disponível na internet do TRE-ES, no endereço: <https://www.tre-es.jus.br/eleitor/atendimento-remoto-1/atendimento-ao-eleitor>), dos pedidos de alistamento, revisão ou transferência dos presos provisórios e adolescentes internados que apresentarem a documentação necessária e tiverem interesse na regularização de sua situação eleitoral, conforme orientações repassadas pelo TRE-ES;
- f) disponibilizar a infraestrutura necessária de computadores, conexão à internet, câmeras ou aparelhos celulares para a efetivação, dentro dos estabelecimentos penais e das unidades de internação, dos lançamentos dos pedidos de alistamento, revisão ou transferência previstos no item anterior;
- g) encaminhar aos cartórios eleitorais, até o dia 18 de agosto de 2022:

- I. o nome dos servidores e colaboradores que serão designados para atuarem como mesários para os treinamentos que serão definidos e realizados pela Justiça Eleitoral, observadas as vedações contidas no Código Eleitoral, bem como na Lei nº 9.504/97 e Resolução TSE nº 23.669/2021, art. 9º;
- II. a relação atualizada dos eleitores que manifestaram interesse na transferência para a seção eleitoral que funcionará no respectivo estabelecimento penal ou unidade de internação, acompanhada dos respectivos formulários e de cópias dos documentos de identificação com foto;
- h)** designar agentes penitenciários e solicitar força policial para a garantia da segurança pessoal e da integridade de todos os envolvidos nos atos preparatórios e no dia das eleições;
- i)** permitir o acesso ao local de votação para o exercício do voto àqueles que tenham transferido o título para a seção eleitoral do estabelecimento penal ou da unidade de internação e que não mais estiverem presos provisoriamente ou internados, observadas as normas de segurança;
- j)** ressalvada a hipótese de ocorrência de força maior ou em razão de deliberação da autoridade judiciária competente, abster-se de promover deslocamento para outros estabelecimentos de presos provisórios e de adolescentes internados cadastrados para votar nas respectivas seções eleitorais.

CLAUSULA QUARTA – PROPAGANDA ELEITORAL

Competirá ao Juiz Eleitoral definir com o diretor do estabelecimento penal ou da unidade de internação a forma de veiculação da propaganda eleitoral, atendendo as recomendações do Juiz Corregedor, ou do Juiz responsável pela execução penal ou pela medida socioeducativa.

CLÁUSULA QUINTA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- a)** As partes se comprometem a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018 em relação aos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência deste convênio, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência do convênio, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do objeto deste convênio.
- b)** É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência deste convênio, para finalidade distinta da contida no seu objeto, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- c)** As partes se comprometem a comunicar qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência deste convênio e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- d)** As partes se comprometem a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência deste convênio, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal."

CLÁUSULA SEXTA - VIGÊNCIA

A vigência do presente instrumento terá início a partir da data de sua assinatura e término na data de conclusão dos trabalhos relacionados ao Pleito Eleitoral de 2022.

CLÁUSULA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

Correrão por conta do Conveniente as despesas de publicação que incidirem sobre o presente Termo de Cooperação, inclusive a publicação de seu extrato no Diário Oficial da União, que será providenciada pela Administração até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da assinatura.

E por estarem justas e acordadas, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor, assinadas pelas partes e testemunhas abaixo.

Vitória/ES, ____ de _____ de 2022.

JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA
PRESIDENTE DO TRE/ES

MARCELLO PAIVA DE MELLO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA

FÁBIO MODESTO DE AMORIM FILHO
DIRETOR PRESIDENTE
INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO – IASES

JOSÉ CARLOS RIZK FILHO
PRESIDENTE
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL ESPÍRITO SANTO

EDMAR GOMES MACHADO
PROCURADOR-CHEFE
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO ESPÍRITO SANTO

JULIO CESAR DE CASTILHOS OLIVEIRA COSTA
PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

LUCIANA GOMES FERREIRA DE ANDRADE
 PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA
 MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

GILMAR ALVES BATISTA
 DEFENSOR PÚBLICO-GERAL
 DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

TESTEMUNHAS:

1ª) _____

2ª) _____

ANEXO I
Relação de Estabelecimentos Penais Indicados pela SEJUS

| SEJUS - ELEIÇÕES 2022 - UNIDADES PRISIONAIS APTAS PARA INSTALAR SEÇÕES ELEITORAIS | | | | | |
|--|--|---|--|---|--|
| UNIDADE PRISIONAL | ENDEREÇO | CONTATOS | DIRETORES E DIRETORES ADJUNTOS | QUANTIDADE DE PRESOS PROVISÓRIOS | CONDIÇÕES DE SEGURANÇA |
| CDPVV - Centro de Detenção Provisória de Vila Velha | Rodovia BR 101 - Sul Km 313, Fazenda Santa Fé, Xuri, Vila Velha/ES. CEP: 29.100-000 | (27) 3636-5728/3636-5729 cdpvv@sejus.es.gov.br | André Luiz da Rocha Furtado e Taciane Covre | 516 | (X) Garantida () Razoável () Sem segurança |
| CDPCI - Centro de Detenção Provisória de Cachoeiro de Itapemirim | Rodovia do Governador Lacerda de Aguiar, Km 01, Bairro Coronel Borges, Cachoeiro de Itapemirim/ES. CEP: 29.306.095 | (28) 3518-7102 / 3518-7490 / 3518-7329 / 3518-7347 diretorcdpci@sejus.es.gov.br | Victor Silva Martins e Marcos Jordão Ferreira | 477 | (X) Garantida () Razoável () Sem segurança |
| CPFCI - Centro Prisional Feminino de Cachoeiro de Itapemirim | Fazenda Monte Líbano – S/N – Zona Rural – Cachoeiro de Itapemirim/ES – CEP: 29300-970 | (28) 3526 1500 diretorcpfci@sejus.es.gov.br | Leida Maria Ayres e Marcelo Lopes de Faria | 86 | (X) Garantida () Razoável () Sem segurança |
| CDPCOL - Centro de Detenção Provisória de Colatina | Córrego Santa Fé – S/N – Colatina/ES – CEP: 29700-970 | (27) 3636-5824 cdpcol@sejus.es.gov.br | Adjalma Coffler e Rafael Bragatto | 583 | (X) Garantida () Razoável () Sem segurança |
| CPFCOL - Centro Prisional Feminino de Colatina | Córrego Santa Fé – S/N – Colatina/ES – CEP: 29700-970 | (27) 3636-5819 / 3636-5818 diretorcpfcol@sejus.es.gov.br cdpfcol@sejus.es.gov.br | Maria Aparecida de F. de Albuquerque e Fernanda Aguida Lievore | 187 | (X) Garantida () Razoável () Sem segurança |
| CDPSDN - Centro de | Córrego Braço do Sul – Km | (27) 3636-5807 / 3636-5836 cdpsdn@sejus.es.gov.br | Rui Ohnorsorge e | 491 | (X) Garantida () Razoável |

| | | | | | |
|---|---|---|---|------|--|
| Detenção Provisória de São Domingos do Norte | 80 – S/N – São Domingos do Norte/ES – CEP: 29745-000 | | Flaviano Ribeiro Rosa | | () Sem segurança |
| CDPG - Centro de Detenção Provisória de Guarapari | Rodovia do Sol, Contorno Argilino Dario, Km 51,3 – Maxinda – Guarapari/ES – CEP: 29200-970 | (27) 3161-7300 / 3161-7307 cdp@sejus.es.gov.br | Edmilson Rosindo Neto e Maykon Felipe Gomes Alves | 1090 | (X) Garantida () Razoável () Sem segurança |
| CDPV 2 - Centro de Detenção Provisória de Viana 2 | Rodovia BR 262 / Km 18,5 – Viana/ES – CEP: 29130-055 | 3255-3031 / 3255-1265 / 3255-1509 / 3255-2287 cdpv2@sejus.es.gov.br | Bruno da Mata Brandão Silva, Elias Antônio de Souza Junior e José Marcos Iglesias | 1271 | (X) Garantida () Razoável () Sem segurança |
| PEVV 5 - Penitenciária Estadual de Vila Velha 5 | Rodovia BR 101 - Sul Km 313, Fazenda Santa Fé, Xuri, Vila Velha/ES. CEP: 29.100-000 | (27) 3636-5727 pevvv@sejus.es.gov.br | Weleson Vieira de Souza e Rodrigo Mariani | 43 | (X) Garantida () Razoável () Sem segurança |
| CPFC - Centro Prisional Feminino Cariacica | Rua Ornélio Meirelles, s/n, Fazenda Roças Velhas, Bairro Bubu, Cariacica/ES. CEP: 29.140-000 | (27) 3254-8750 / 3254-0080 / 3254-0061 / 3254-0384 cpfc@sejus.es.gov.br | Graciele Sonegheti Fraga e Patrícia Lima de Castro | 259 | (X) Garantida () Razoável () Sem segurança |
| CDPSM - Centro Detenção Provisória de São Mateus | BR 101 Norte – Km 72,5 – Fazenda Rancho das Telhas – Zona Rural – São Mateus/ES – CEP: 29930-000 | (27) 3773-3269 / 3773-3176 / 3767-9682 diretorcdpsm@sejus.es.gov.br | Alessandra Rodrigues Costa e Marco Aurelio Contarato | 595 | (X) Garantida () Razoável () Sem segurança |
| PRSM - Penitenciária Regional de São Mateus | Rodovia Governador Mario Covas (BR 101 Norte) – Km 72,5 - S/N – Rio Preto da Rodovia – São Mateus/ES – CEP: 29940-800 | (27) 3767-6402 prsm@sejus.es.gov.br | Flávio de Oliveira Ogioni, Aline Ozorio Venturini e Gilmar Rodrigues de Almeida | 81 | (X) Garantida () Razoável () Sem segurança |
| PRL - Penitenciária Regional de Linhares | Rua Projetada – S/N – Jardim Laguna – Linhares/ES – CEP: 29900-970 | (27) 3371-3752 / 3371-2541 prl@sejus.es.gov.br | Vinícius de Mendonça Narcizo, Evaldo Nascimento Freitas e Thiago Deluca Monthay | 121 | (X) Garantida () Razoável () Sem segurança |
| CDPA - Centro de Detenção | Est. Aracruz – Coqueiral – S/N – Fátima – Aracruz/ES – | (27) 3256-1800 / 3256-2247 cdpa@sejus.es.gov.br | Anderson Sylvestre e Luiz Felipe | 516 | (X) Garantida () Razoável () Sem segurança |

| | | | | | |
|--|---|--|--|-----|--|
| Provisória de Aracruz | CEP: 29192-205 | | Wotkoski Coffler | | |
| CDPM - Centro de Detenção Provisória de Marataízes | Rua Espinha de Peixe – S/N – Bairro Acapulco – Marataízes/ES – CEP: 29345-000 | (28) 3532-1162 / 3532-1919 / 3532-6077 cdpm@sejus.es.gov.br | Fabício Ribeiro Porto Fernandes e Pablo José Rocha Carneiro | 341 | (X) Garantida () Razoável () Sem segurança |
| CDPS - Centro de Detenção Provisória de Serra | Rodovia do Contorno - BR 101 – Km 278 – Distrito de Queimados – Serra/ES – CEP: 29160-000 | (27) 3636-5716 / 3636-5718 cdps@sejus.es.gov.br | Chelsea Genevieve de O. Moraes e Pablo do Nascimento Estevão | 951 | (X) Garantida () Razoável () Sem segurança |
| PSME 2 - Penitenciária de Segurança Média 2 | Rodovia BR 262 / Km 18,5 – Viana/ES – CEP: 29130-055 | (27) 3354-3600 / 3255-2095 psme2@sejus.es.gov.br | Dantas Campostrini e Ines Sunderhus | 81 | (X) Garantida () Razoável () Sem segurança |

* Dados do dia 25/03/2022

ANEXO II
Relação de Estabelecimentos de Internação Indicados pelo IASES

| UNIDADE SOCIOEDUCATIVA | ENDEREÇO | TELEFONE DA UNIDADE SOCIOEDUCATIVA | ADMINISTRADOR | CARGO/FUNÇÃO | LOTAÇÃO DO ESTABELECIMENTO | CONDIÇÕES DE SEGURANÇA |
|---|--|------------------------------------|---------------------------------|--------------|----------------------------|---|
| Conjunto de Cariacica Sede/ES | Espaço Pedagógico Rodovia Governador José Sette, s/nº, KM 09 Cariacica – Sede - ES CEP: 29156-315. | (27) 3636-5405 | Caroline Amado Barcelos Cruz | Gerente | 94 | (X) GARANTIDA () RAZOÁVEL () SEM GARANTIA |
| Centro Socioeducativo de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei (CSE) | Alameda Elcio Alvares, s/nº Tucum, Cariacica – ES CEP: 29150-413. | (27) 3198-0830 | Jurandir José da Silva Filho | Gerente | 70 | (X) GARANTIDA () RAZOÁVEL () SEM GARANTIA |
| Unidade de Internação Metropolitana (Unimetro) | Rodovia BR 101 Sul, KM 313, Fazenda Santa Fé Xuri, Vila Velha – ES. | (27) 3636-2202 | Ricardo Peres da Costa | Gerente | 68 | (X) GARANTIDA () RAZOÁVEL () SEM GARANTIA |
| Unidade de Internação Sul (Unis Sul) | Rodovia ES, KM 289, Fazenda Monte Líbano. Cachoeiro de Itapemirim – ES. | (28) 3524-2700 | Luciano Paulo Pecini | Gerente | 88 | (X) GARANTIDA () RAZOÁVEL () SEM GARANTIA |
| Unidade de Internação Norte (Unis Norte) | Estrada Bebedouro Regência, s/nº Área Rural de Linhares, Linhares – ES. | (27) 3373-0761 | Sérgio Antônio Durão de Almeida | Gerente | 89 | (X) GARANTIDA () RAZOÁVEL () SEM GARANTIA |

* Dados do dia 25/03/2022



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA DA GAMA, Presidente**, em 29/03/2022, às 16:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **EDMAR GOMES MACHADO**, **Usuário Externo**, em 29/03/2022, às 16:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIO MODESTO DE AMORIM FILHO**, **Usuário Externo**, em 29/03/2022, às 17:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE CARLOS RIZK FILHO**, **Usuário Externo**, em 30/03/2022, às 10:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JULIO CESAR DE CASTILHOS OLIVEIRA COSTA**, **Usuário Externo**, em 30/03/2022, às 12:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GILMAR ALVES BATISTA**, **Usuário Externo**, em 30/03/2022, às 14:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELLO PAIVA DE MELLO**, **Usuário Externo**, em 31/03/2022, às 10:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA GOMES FERREIRA DE ANDRADE**, **Usuário Externo**, em 31/03/2022, às 18:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0712215** e o código CRC **25328202**.